

Aprovo.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º CPI/01/ 2023

Programa do Procedimento nº 9/IAVE/2023

Aquisição de Endpoints, Display's e Pacote de software de segurança

Classificação CPV: 30213300-6 - Computadores portáteis
30231310-3 - Visores de painel plano
48730000-4 - Pacote de software de segurança

Cláusula 1.ª

Objeto do procedimento

1. O objeto do presente procedimento é a aquisição para o Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (doravante IAVE, I.P.) de:

Tipo	Descrição	Quantidade
Endpoint tipo 1	Endpoint Básico	200
Endpoint tipo 2	Endpoint Avançado	150
Display	Monitor 23.8"	200
Segurança de dispositivos	Segurança de dispositivos	300

2. Consideram-se, nomeadamente, abrangidos pelo objeto do presente procedimento, a execução de todas as prestações inerentes aos serviços pós-venda, de acordo com as especificações descritas no artigo 23.º presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, através do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., com sede na Travessa das Terras de Sant'Ana, n.º 15, 1250-269 Lisboa, com os números de telefone +351 213895200, e com o e-mail: compras.iave@iave.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento deverão ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>

Cláusula 3.ª

Órgão competente para a decisão de contratar

1. A decisão de contratar e autorizar a despesa é da competência do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, doravante apenas CCP, dos artigos 36.º, 38.º do mesmo CCP e ainda da alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021 de 23 de junho.

Cláusula 4.ª

Procedimento de contratação

1. O presente concurso reveste a forma de concurso público internacional, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP e corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>, doravante designada plataforma.

Cláusula 5.ª

Peças do procedimento

O processo de concurso público internacional é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Programa do Procedimento;
- b) O Caderno de Encargos e anexos;
- c) O anúncio;
- d) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento, se existentes
- e) Os erros e omissões do caderno de encargos, se existentes

Cláusula 6.ª

Júri do Concurso

1. O Júri do Concurso é composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
2. O Júri do Concurso inicia as suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
3. Ao Júri do Concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não esteja reservada à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e finais.

4. O Júri do Concurso pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
5. Nos termos, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é nomeado o júri como responsável pela direção do procedimento.

Cláusula 7.ª

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, para a plataforma, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. A prestação dos esclarecimentos bem como as retificações das peças do procedimento são feitas de acordo com o artigo 50º do CCP.
4. As peças que constituem o procedimento, o presente programa, o caderno de encargos e o anúncio, são integralmente disponibilizadas na plataforma.

Cláusula 8.ª

Critério de adjudicação

- 1- Critério de adjudicação é o monofator preço.
- 2- Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
- 3- Em caso de empate, o critério de desempate adotado será o método de sorteio em data e hora a definir pela entidade adjudicante. Serão convidados a assistir ao sorteio, a realizar por videoconferência, todos os concorrentes. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri

Cláusula 9.ª

Modo e prazo de apresentação das propostas

- 1- As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados na plataforma até às 23h59m do 30.º dia, a contar da data da publicação do anúncio do presente procedimento no Diário da República.
- 2- O prazo para apresentação das propostas é contado em dias corridos, nos termos do artigo 470.º do CCP.
- 3- A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 10.ª

Idioma dos documentos da proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

Cláusula 11.ª

Documentos integrantes da proposta

- 1- A proposta deve conter a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do caderno de encargos, do qual faz parte integrante, e ainda uma declaração do fabricante dos produtos propostos, atestando que o fabricante tem conhecimento da proposta apresentada pelo concorrente e que este possui, as competências necessárias para implementação e suporte da solução, garantido ainda a atualidade de todos os equipamentos fornecidos.
- 2- A proposta, para além dos documentos exigidos nos números anteriores, deve ainda vir instruída com os seguintes elementos:
 - a) Preço detalhado dos bens, de acordo o n.º 2 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos;
 - b) Nota justificativa do preço proposto;
 - c) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce IVA, indicando a taxa aplicável, se for o caso;
 - d) Ficha técnica dos equipamentos com as especificações técnicas previstas no artigo 23º do caderno de encargos, esta documentação pode estar disponibilizada em língua inglesa.
 - e) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - f) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 71.º do CCP, caso essa situação se verifique;
 - g) Quaisquer outros documentos que se considerem indispensáveis à apresentação da proposta, nomeadamente, na parte relativa aos respetivos atributos.
- 3- No caso de o concorrente ser um agrupamento, a proposta deve ainda ser acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Indicação da morada e contactos para efeitos de notificações;
 - b) Declaração de cada entidade membro do agrupamento da sua intenção de consorciar, no caso de adjudicação;
 - c) Cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.

Cláusula 12.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Sem prejuízo do previsto no artigo 137.º do CCP, é de sessenta e seis (66) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 13.ª

Propostas variantes

- 1- Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
- 2- O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, de acordo com o n.º 7 do artigo 59.º do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 14.ª

Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Cláusula 15.ª

Audiência prévia

De acordo com o artigo 147.º do CCP, elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo o prazo de cinco dias para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sem prejuízo do previsto no artigo 125.º, caso venha a ser apresentada uma única proposta.

Cláusula 16.ª

Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Documentos de habilitação

- 1- O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Caderno de Encargos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP. Para efeitos de prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas a), b) e h) do referido art.º 55.º, é aceite a apresentação de certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido por autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontrem satisfeitos;
 - c) Certidão permanente da empresa.
- 2- Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
 - 3- Quando, pela sua natureza, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 - 4- O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 na plataforma, ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através do seguinte endereço eletrónico compras.iave@iave.pt.
 - 5- Quando os documentos mencionados na alínea b) do n.º 1 se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
 - 6- Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos na alínea anterior, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.
 - 7- No caso de não emissão dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
 - 8- A entidade adjudicante concede ao adjudicatário um prazo de 5 dias para suprimir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Caução

- 1- Deverá ser prestada pelo adjudicatário uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 5% do preço contratual.
- 2- Ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.

Cláusula 19.ª

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

- 1- Em caso de adjudicação a agrupamento de entidades, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo ao abrigo da legislação em vigor.
- 2- O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá a função de chefe de consórcio, devendo-lhe ser conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

Cláusula 20.ª

Fundamentação da escolha do procedimento

- 1- O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Programa for omissivo observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

ANEXO I – Modelo de Proposta

_____ [empresa e sede], representada pelo seu gerente/administrador/procurador _____ [nome, estado civil, nº do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão, data de emissão/data de validade e arquivo de identificação, naturalidade e morada], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos e do programa de concurso relativo ao procedimento em apreço, obriga-se a apresentar os referidos serviços em conformidade com os termos e condições previstas nas peças processuais, pelo valor contratual global de € _____ [em algarismos e por extenso], correspondendo às horas estimadas, por Instalação, aos preços unitários propostos no Anexo II, ao qual acresce o IVA à taxa de _____%, totalizando o montante de € _____ [em algarismos e por extenso].

Os preços indicados no Anexo II não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data

Assinatura

ANEXO II

Modelo de declaração (art.º 81.º CCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e) e h)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º